



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



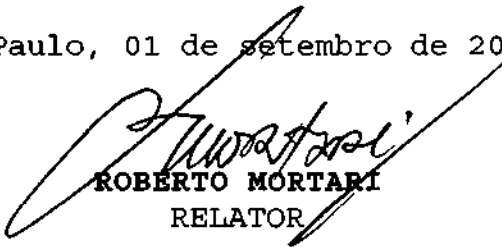
\*02583927\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 990.09.023317-6, da Comarca de Espírito Santo do Pinhal, sendo investigado PAULO KLINGER COSTA (PREFEITO DO ESPIRITO SANTO DO PINHAL).

ACORDAM, em 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DETERMINARAM O ARQUIVAMENTO DOS PRESENTES AUTOS, FEITAS AS ANOTAÇÕES E COMUNICAÇÕES DEVIDAS, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NO ARTIGO 18 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, E NA SÚMULA Nº 524 DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PEDRO GAGLIARDI (Presidente) e RIBEIRO DOS SANTOS.

São Paulo, 01 de setembro de 2009.



ROBERTO MORTARI  
RELATOR



# PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

VOTO Nº 14.987 - DESEMBARGADOR ROBERTO MORTARI

Inquérito nº 990.09.023317-6 – Espírito Santo do Pinhal

Investigado: Paulo Klinger Costa

(Prefeito do Município de Espírito Santo do Pinhal)

Trata-se de procedimento investigatório instaurado para apurar eventual infração penal perpetrada por Paulo Klinger Costa, Prefeito do Município de Espírito Santo do Pinhal.

Após inicial processamento nesta Corte, pronunciou-se a d. Procuradoria Geral de Justiça pelo arquivamento.

Esse, no essencial, o relatório.

A proposição formulada pela d. Procuradoria Geral de Justiça às fls. 38/40 está correta, e fica integralmente adotada, como se aqui estivesse transcrita.

Com efeito, *“(...) à míngua de qualquer evidencia de que o alcaide tenha recebido os ofícios endereçados à Prefeitura Municipal, não há como ter por comprovada sua vontade de descumprir o mandamento judicial, sem o que, como dito, a figura típica não se*



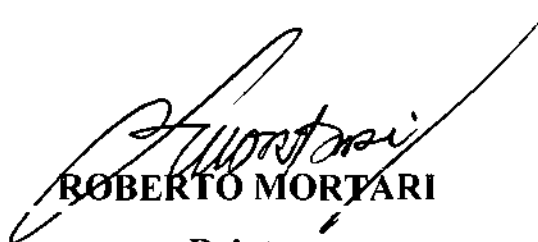
# PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

*caracteriza”.*

Ora, não despontando suficientes elementos acerca da configuração de prática delitiva, o arquivamento se impõe.

Assim, adotada a manifestação da d. Procuradoria Geral de Justiça de fls. 38/40, determina-se o arquivamento dos presentes autos, feitas as anotações e comunicações devidas, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal, e na Súmula nº 524 do Colendo Supremo Tribunal Federal.

  
**ROBERTO MORTARI**  
Relator